



DESDE 1988  
AO LADO DOS  
TRABALHADORES

Nova Diretoria do Sinergia toma posse em Florianópolis  
Página 4



Quinta rodada de negociação do ACT na Axia Energia  
Página 2



MARCHA DA CLASSE TRABALHADORA

# Eletricitários de SC participam da Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília

ATO FOI CONVOCADO PELAS CENTRAIS SINDICAIS E REUNIU REPRESENTANTES DE DIVERSAS CATEGORIAS PELO FIM DA ESCALA 6X1



Fotos: Tayon Braatz e Leonardo Contin

Dirigentes do Sintevis e do Sinergia participaram no dia 15 de abril da Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília. O ato reuniu dezenas de categorias de trabalhadores, além de lideranças sindicais de todo o País, em defesa do fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a garantia de direitos trabalhistas para trabalhadores de apps, o fim das privatizações, a aposentadoria especial para eletricitários que atuam em área de risco, entre outras pautas.

## Governo encaminha projeto do fim da escala 6x1

O ato ocorreu um dia após o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhar ao Congresso Nacional o projeto que prevê o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, em regime de urgência constitucional. Isso limita em 45 dias o prazo máximo de tramitação do texto em cada uma das Casas Legislativas (Câmara e Senado), com o acréscimo de 10 dias caso a proposta tenha alterações em uma das Casas. O Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos (PSOL), destacou que a previsão é que o projeto seja votado até o fim de julho.

## Conclat 2026

A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) precedeu a marcha no dia 15, com participação de dirigentes das centrais sindicais e de parlamentares no encontro que aprovou a pauta da classe trabalhadora para 2026. Entre os 68 pontos aprovados pelos participantes do evento, estão o fim da escala 6x1; a valorização contínua do salário mínimo; a geração de empregos de qualidade e o combate à precarização; o fortalecimento da atuação da inspeção do trabalho e a ampliação da presença de fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego nos locais de trabalho.

Ao fim do dia, o documento com os 68 pontos foram entregues ao presidente Lula e ao vice, Geraldo Alckmin (PSB), além do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos). Lula discursou e cobrou a atuação dos sindicatos: "Vocês vão ter que vir para convencer da necessidade. As centrais sindicais têm que marcar reunião, têm que conversar com deputados, com senadores", afirmou.

O Linha Viva acompanhará a tramitação do projeto do fim da escala 6x1 no Congresso Nacional nas próximas edições.

## O que motivou você a participar da Marcha da Classe Trabalhadora?

**Fábio Junior Engels**, eletricitista na Celesc Blumenau e dirigente do Sintevis: "Estamos unidos com trabalhadores de todo o País num ato político pelo fim da escala 6x1. Não é por mordomias, nem privilégios. É pela vida, descanso e pela dignidade de trabalhadoras e trabalhadores do nosso querido Brasil".



**Rosilaine Lemos**, servidora pública municipal em Jaraguá do Sul: "Foram 30h de viagem de ônibus. Como agente de endemias, estou defendendo a regulamentação do PLP 185/2024 e a nossa aposentadoria especial. Também estou aqui pelo fim da escala 6x1 e pelo fim do feminicídio".



**Kândyce Santos Brasil**, atendente comercial na Celesc Rio do Sul e dirigente do Sintevis: "A Marcha desse ano tem um tema super importante. O fim da escala 6x1 representa a dignidade do trabalhador. Estamos pedindo que todos tenham pelo menos 2 dias de descanso semanal. Nada mais justo".



Única parlamentar catarinense presente na Conclat, a deputada federal Ana Paula Lima (PT) discursou lembrando que as mulheres são ainda mais prejudicadas pela escala 6x1, pois muitas vezes, nos dias de descanso, têm de cuidar da casa e dos filhos. Em entrevista ao Linha Viva, ela reforçou seu compromisso em defesa das empresas públicas e mostrou estar atenta aos fatos recentes na Celesc: "não podemos permitir a privatização da Celesc, empresa que garante a energia ao povo catarinense. Espero que, com a mudança do presidente, a conversa e o diálogo possam garantir a estabilidade dos trabalhadores e, principalmente, o que o povo catarinense quer: Uma empresa pública e de boa qualidade, que é isso que fazem os trabalhadores eletricitários. Todo meu apoio à Celesc pública".



Foto: Assessoria de Comunicação Ana Paula Lima

## Quinta rodada de negociação com a Axia

Pouco a pouco, o ACT vai sendo reconstruído para os trabalhadores e as trabalhadoras



Na última quinta-feira, dia 16, foi realizada a quinta rodada de negociação do ACT da Axia Energia (antiga Eletrobras). A empresa apresentou novas cláusulas que aceita contratar, como o reajuste escalonado, cláusulas sociais (custas judiciais e licença por falecimento), mudanças no custeio para minimizar os impactos do plano de saúde e reajuste no ticket alimentação.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) avalia que há avanços e que, gradualmente, o ACT se aproxima do formato anterior, incorporando pontos importantes. No entanto, ainda não há sinalização sobre garantias de emprego ou salário, definição da representação sindical e compensações adequadas para temas como a unificação da gratificação de férias na CLT e das jornadas de trabalho.

Outro pedido de avanço feito pelo CNE foi o retorno do plano odontológico para autogestão. Em relação ao plano de saúde, seguem problemas de atendimento em diversas regiões. É fundamental garantir, no mínimo, o acesso efetivo aos serviços e avançar no retorno à autogestão onde houver inoperância. Também foi debatida a implementação do teletrabalho como medida de bem-estar, alinhada

da a práticas já adotadas em outras empresas, podendo atuar como compensação à carga horária.

O reajuste salarial escalonado precisa ser revisto, pois não contempla toda a categoria, inclusive diante de novas contratações com salários superiores aos propostos. Da mesma forma, é inadmissível a ausência de previsão de abono salarial, considerando a perda acumulada nos últimos dois anos.

A garantia de emprego ou salário é essencial em um momento de transição. Trata-se de valorizar os trabalhadores que sustentam o funcionamento da empresa e contribuem na formação de novos profissionais. A contratação dessa cláusula sinaliza compromisso com estabilidade e valorização.

A definição sobre a representação sindical também é fundamental para assegurar equilíbrio nas relações de trabalho. Sem isso, há risco de interpretações unilaterais por parte da empresa, como já ocorre na unificação de normativos internos, com retirada de direitos e benefícios.

O prazo para conclusão das negociações se aproxima, mas ainda não foram apresentadas todas as cláusulas com redação final. Isso impede o diálogo qualificado com a categoria e a realização de assembleias. Por isso, o CNE segue solicitando a renovação do ACT vigente, garantindo tempo e transparência no processo.

A expectativa é que, na próxima rodada, a empresa apresente avanços concretos e sinalize compromisso com a isonomia e valorização dos trabalhadores.

Até lá, orientamos que a categoria siga em contato com suas entidades sindicais. Filie-se aos sindicatos da Intersul.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

ACT 2026/2027 Cerej

O Sinergia ainda aguarda o início das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027 dos empregados da Cerej. A Pauta de Reivindicações foi encaminhada à direção da cooperativa na semana passada com pedido de agendamento da primeira reunião de negociação. Até o momento do fechamento dessa edição, a reunião ainda não havia sido agendada. O Sinergia tem preocupação pois a data-base da categoria é dia 1º de maio - já na próxima semana.

**Mobilização pela aposentadoria especial**

Sindicatos de todo o País organizam para os dias 5 e 6 de maio, em Brasília, uma mobilização junto a classe política pela **aposentadoria especial para eletricitários que atuam em área de risco**. Alta tensão, trabalho em altura, condições climáticas adversas e atendimento emergencial fazem parte da rotina e são fatores que aumentam o desgaste físico e elevam o risco de acidentes graves.

**Errata**

Na página 4 da edição 1690 do Linha Viva, na matéria sobre o concurso Conto e Poesia, faltou elencar o **Sintevi como apoiador do concurso**. Pedimos desculpa pelo erro.



TRIBUNA LIVRE | Por Lucas Henrique da Silva, bacharel em Ciências Econômicas pela UFSC e Coordenador Geral do Sinergia

## A raiz do desenvolvimento catarinense está fincada no chão: debatendo com Mario Motta

Recentemente o deputado estadual Mario Motta publicou nas redes sociais um vídeo-resposta a um debate que ocorreu dentro do Big Brother Brasil. Apesar das circunstâncias, trata-se de um debate de suma importância para o Brasil e Santa Catarina. Conhecer a história do nosso estado e de sua colonização pode ser uma chave para avançar no desenvolvimento econômico e social de todo o Brasil.

Não é raro escutarmos nas propagandas do governo do estado nos noticiários, que SC é o estado que mais cresce no Brasil, que possui a menor taxa de desemprego, que possui uma indústria pujante. Uma realidade que contrasta muito com alguns outros estados brasileiros.

Antes de adentrarmos na hipótese acima gostaria de convidá-los a pensar um pouco na colonização do Brasil e de SC. A colonização brasileira foi marcada pelas capitânicas hereditárias, nas quais grandes porções de terra foram doadas pela Coroa Portuguesa a nobres e fidalgos, gerando uma estrutura fundiária concentrada que persiste em boa parte do país. Em SC, contudo, observou-se um fenômeno distinto: a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, o governo estadual cedeu e vendeu terras devolutas a companhias privadas de colonização, que as lotearam em pequenas propriedades e as venderam a imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul, enquanto expulsava violentamente indígenas e caboclos que já ocupavam aquelas terras. Esse processo resultou em uma estrutura fundiária marcada pela predominância de pequenas propriedades, característica que diferencia SC da maior parte do território brasileiro.

Ou seja, enquanto em SC se consolidava uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, e na maior parte do Brasil aplicava-se a lei de terras de 1850, que restringia o acesso a terras devolutas e concentrava a propriedade nas mãos da elite imperial. Vale lembrar que a abolição da escravidão viria ocorrer apenas em 13 de maio 1888, quando a lei de terras já estava em vigor, impedindo o acesso dos libertos as terras devolutas (sem dono).

Não se trata aqui de fazer um julgamento moral, pois é evidente que os imigrantes não tiveram vida fácil, tiveram que construir suas casas, suas estradas, suas lavouras, indústrias etc. E é evidente que os indígenas, caboclos e os recém libertos da escravidão foram expulsos de suas terras (não tiveram suas posses reconhecidas pelo Estado), e foram impedidos de acessar terras devolutas. A diferença que fica é que, enquanto uns tiveram terras para trabalhar, outros não.

O que se quer aqui é argumentar que a menor desigualdade na distribuição de terras em SC

pode ser forte fator explicativo da diferença na qualidade de vida, nas taxas de desemprego, nos índices de violência e no desenvolvimento econômico de SC, em contraste com a maioria dos demais estados brasileiros. A formação das favelas no Brasil, por exemplo, tem forte relação com o êxodo rural, pois na medida em que não se consegue terras para trabalhar no campo, populações se deslocaram para buscar oportunidades nas cidades e centros urbanos.

No último 17 de abril, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, celebrou o dia nacional de luta pela reforma agrária, relembrando os 30 anos do massacre de Eldorado do Carajás. Em abril de 1996, numa marcha que reunia 3 mil no sul do Pará em direção a Belém para exigir o assentamento em uma fazenda grilada de terras públicas e trabalho escravo, dois pelotões da Polícia Militar do Pará cercaram a marcha dos dois lados, os soldados não tinham identificação e portavam armas letais, dezenove trabalhadores foram assassinados na hora e outros dois morreram depois de hospitalizados. Mais de 70 pessoas ficaram com sequelas que dificultam o trabalho na agricultura.

A redistribuição justa das terras no Brasil poderia encaminhar este país para uma outra situação econômica e social. Os camponeses pobres (caboclos), os indígenas, e os negros, continuam sendo expulsos e impedidos de acessarem as terras. Enquanto isso, grandes proprietários especulam com a terra e praticam uma agricultura de monocultivo e uma pecuária de extensão, ambos para exportação, não para a alimentação da população brasileira. Os últimos censos agropecuários mostram que cerca de 70% dos alimentos dos brasileiros são provenientes de pequenos produtores da agricultura familiar.

O exemplo de SC não é uma defesa da colonização europeia, nem uma romantização de um processo que se deu sobre os corpos e as terras de indígenas, caboclos e negros. É, antes, uma evidência histórica de que a distribuição mais equitativa da terra produz sociedades mais justas e economicamente mais dinâmicas. Essa talvez seja a chave de compreensão que falta ao deputado Mário Motta. Se SC chegou ao século XXI como referência em qualidade de vida e desenvolvimento, essa trajetória tem raízes fincadas no chão, literalmente. A luta do MST e dos movimentos camponeses, diferente do que defende o governador Jorginho Melo, não é, portanto, um anacronismo ou uma ameaça à ordem. É a reivindicação, tardia e urgente, do mesmo princípio que fez de Santa Catarina o que ela é: que a terra, quando distribuída, trabalha para todos.

## MPT responde denúncia do Sinergia em relação à mudança de cidades do Almojarifado

Mais trabalhadores se manifestam ao Linha Viva contrários à mudança

O Ministério Público do Trabalho (MPT) deu retorno à denúncia do Sinergia que tratava de riscos e prejuízos à saúde física e mental das pessoas trabalhadoras afetadas com a mudança do Almojarifado Central da Celesc. A Procuradora do Trabalho em 1º grau arquivou a denúncia, sob argumento de que os problemas relacionados à mudança do local poderiam ser resolvidos “diretamente entre sindicato e empresa”, sem a intervenção do MPT.

O Sinergia apresentou recurso contra a decisão, visando o desarquivamento e o prosseguimento da denúncia, para apurações dos fatos, pois entende que há significativo número de empregados afetados pela mudança e às condições de trabalho prejudiciais à sua saúde física e mental.

Paralelo a isso, outros trabalhadores do Almojarifado se manifestaram ao Linha Viva, relatando seus problemas com a possível mudança de cidade:

**Trabalhador 1:** “É necessário esclarecer que a Celesc não consultou, não comunicou sobre eventual mudança do Almojarifado Central, quiçá ficar fora de Palhoça, por meio de uma licitação que nos gera dúvidas. É fato que a área atual (Palhoça), é estratégica (área urbana consolidada, próxima a restaurantes, postos de combustíveis, cercada pela BR 101, além do contorno viário) e não haveria motivo para sair de Palhoça, mas talvez da atual localização. Digo talvez, pois há corrente que entende que o Almojarifado Central, por estar em localização estratégica, poderia ser reformado, inclusive com recursos financeiros da própria atividade que exerce (sucatas por ex.). Lembramos que a denúncia ao MPT por conta da estrutura precária do Almojarifado Central, confirmada pelo Sinergia em diligências solicitadas pelo MPT,

assim como os alagamentos recorrentes que foram vetores para a licitação 25/00571, têm ligação direta com a localização/estrutura do Almojarifado Central e não com o município (Palhoça). Realizar a mudança desse complexo, localizado estrategicamente em área urbana, portanto sem fundamento, além de ferir a eficiência administrativa, fere a habitualidade de mais de 100 trabalhadores que não foram comunicados e terão de se deslocar cerca de 100km/dia (ida e volta), além de ter de conviver com mau cheiro e qualidade do ar prejudicadas, senão nocivas à saúde, já que estarão sediados em Biguaçu a cerca de 1000m de uma empresa de ração (Patense) e do Aterro Sanitário. Atualmente, a Segurança é uma bandeira da Celesc (O Jeito de Ser Celesc), e somos levados a reflexão: Até onde a Empresa está se ‘preocupando’ com seus trabalhadores sejam eles diretos ou indiretos? Cadê sua responsabilidade socioambiental?”

**Trabalhadora 2:** “Aponto como principais impactos dessa mudança a desestruturação de minha rotina familiar e impactos financeiros. Após praticamente uma vida inteira residindo neste município, obviamente tenho laços profundos nesta região, estou próxima de minha família e meus filhos. Hoje tenho condições de estar presente no horário de almoço, dar o suporte que necessitam e ter qualidade de vida. Foi por este motivo que, anos atrás, solicitei transferência da Administração Central, convicta de que jamais ocorreria este tipo de mudança drástica neste local. Nos adaptamos as características do município, meu filho estuda a 5min de meu trabalho e moramos a 5min da empresa. Sou filha única, tenho pais idosos que precisam de mim, estando próxima posso socorrê-los em momento de necessidade rapidamente, fato que jamais ocorrerá estando

a 50 km de distância em péssimas condições de mobilidade. Recentemente investimos valor considerável na aquisição de imóvel nesta região, onde estamos residindo na certeza que jamais nosso local de trabalho seria alterado para uma região tão distante, nos comprometemos financeiramente na aquisição do bem, conscientes de que não teríamos custo adicional durante a vigência do financiamento imobiliário realizado. Nossa família terá grandes impactos financeiros, decorrentes da questão do deslocamento, gerados pelos gastos com combustível, desgastes veicular e alimentação. Além desse tempo de deslocamento, acarretar em profundo estresse causado pelas filas constantes que a rodovia apresenta historicamente, preocupação e exposição a riscos de acidentes, menos tempo de descanso e quebra de vínculos sociais como nossas redes de apoio, que foram construídas no entorno do local atual.”

**Trabalhadora 3:** “Moro a 3km do Almojarifado, seria inviável o deslocamento até o novo endereço, visto que não tenho meio de transporte próprio. Mesmo sendo terceirizada, estou há 5 anos na empresa e isso me impactará diretamente, pois terei que solicitar o desligamento, visto que não teriam como me realocar por conta do cargo que exerço. Além disso, trabalho com a equipe que faz todo o atendimento contábil das obras da Celesc. Com minha saída e a saída dos integrantes da minha equipe simultaneamente, impactará diretamente os resultados da empresa, tendo em vista que leva tempo o treinamento para as funções que exercemos, ainda mais formando uma equipe do zero, sem um profissional totalmente qualificado para efetuar tais treinamentos, a operação teria que parar totalmente, atrasando todos os prazos das obras do estado”.

## Assinatura do Acordo de PLR já tem data marcada

Sindicatos aproveitarão agenda na Celesc para entregar carta de reivindicações ao novo presidente

Os sindicatos que compõem a Intercel agendaram com a Direção da Celesc para essa quinta-feira, 23 de abril, a assinatura do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2026 de celesquianas e celesquianos. O Acordo foi aprovado pela categoria por ampla maioria no início de abril em assembleias em todas as Agências Regionais e na Administração Central - as informações sobre o Acordo aprovado foram divulgadas na edição 1689 do jornal Linha Viva.

**Primeira reunião com o novo presidente**

Ato contínuo, na mesma reunião, os sindicatos da Intercel se reunirão pela primeira vez com o novo presi-

dente da companhia, o advogado Edson Moritz Martins da Silva, que teve sua nomeação efetivada em reunião do Conselho de Administração realizada na semana passada.

Na reunião dessa quinta-feira os sindicatos apresentarão ao novo presidente uma carta de reivindicações com os anseios da categoria.

**Planejamento da Intercel**

Na próxima semana, dirigentes liberados e de base da Intercel se reunirão em Blumenau para o Planejamento da campanha de data-base 2026/2027 da Celesc. No encontro, também será realizada a mudança anual da Coordenação e da Secretaria da Intercel.

## Sinergia participa de workshop sobre transição energética

Evento foi realizado em Criciúma



O Sinergia, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o DIEESE participaram, na última quinta-feira, dia 16, do workshop: “Caminhos para uma Transição Energética Justa”, promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em Criciúma.

O evento faz parte da elaboração de uma série de estudos que a FGV tem realizado no estado, construindo debates entre o poder público, sindicatos,



movimentos sociais e empresas sobre a temática da Transição Energética, para construir o plano de atuação de Santa Catarina até 2040.

De acordo com o dirigente do Sinergia Mário Jorge Maia, o Marinho, “fizemos ser ouvida a voz dos atingidos e a pauta da Transição Energética Popular, além de trazer a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) como um marco a ser considerado. Seguiremos atentos aos movimentos do governo sobre o tema”.

# Joana Castanheira leva shows do projeto autoral “Desapreço” para cidades de SC

Apresentações gratuitas acontecem em Joaçaba, Balneário Camboriú e Florianópolis, nos dias 23, 24 e 26 de abril



Crédito: Rafaela Piazza

O espetáculo autoral “Desapreço”, da cantora catarinense Joana Castanheira, inspirado no álbum homônimo lançado em 2023, que já ultrapassa 500 plays nas plataformas digitais, será apresentado em três cidades de Santa Catarina. A circulação começa no dia **23 de abril em Joaçaba**, segue para **Balneário Camboriú no dia 24** e encerra no **dia 26, em Florianópolis**. Todas as apresentações são gratuitas, com ingressos disponíveis na bio do perfil @joanacastanheira.

Com aproximadamente 50 minutos de duração, o show reúne 11 canções autorais em uma experiência cênico-musical intensa, na qual música, teatro, dança, iluminação e projeções visuais se articulam para construir uma narrativa marcada pelo exagero, pela emoção e pela força dramática.

As apresentações do espetáculo, que oferecem acessibilidade com intérprete de Libras e ampliam o alcance da ex-

periência artística, acontecem no dia 23 de abril no Teatro Alfredo Sigwalt, que fica na Rua Roberto Trompovski, 63, em Joaçaba, seguem no dia 24 de abril no Teatro Municipal Bruno Nitz, localizado na Avenida Central, Rua 300, no Centro de Balneário Camboriú, e encerram no dia 26 de abril no Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), na Rua Mal. Guilherme, 26, no Centro de Florianópolis. Os ingressos são gratuitos e podem ser retirados na bio do Instagram @joanacastanheira.

“Desapreço” se afirma como obra significativa da cena musical catarinense contemporânea, evidenciando a força criativa de Joana Castanheira e a capacidade de articular música e artes da cena em uma proposta autoral de grande impacto.

“Desapreço é o meu trabalho mais intenso, mais do coração e mais verdadeiro que eu já fiz. Ele foi feito de músicas que doem, que me fazem acessar os lugares mais difíceis de mim, mas que precisam ser olhados. Eu reflito muito sobre o papel da arte no mundo e o lugar dessa arte densa e profunda e cheguei a uma conclusão de que a tristeza é mais fácil de ser vivida quando se tem uma música, um livro, uma peça de teatro pra fazer companhia”, compartilha a cantora.

A direção geral, a cenografia e a roteirização do projeto são assinadas por Rodrigo Marques, que desenvolve uma encenação detalhada, com marcações de palco, momentos de fala e integração do corpo de baile, ampliando o impacto visual e emocional da obra. A direção musical é de João Peters, que também integra a banda ao lado de Joana Cas-

tanheira (voz), Arthur Boscato (violão), Gabriela Bock (violoncelo), Vinícius Manhães (piano), João Peters (baixo), Neno Moura (bateria) e Alexandre Damaria (percussão), além da participação especial de David Toledo. O corpo de baile é formado por Alicia Prudencio e Renata Rodrigues.

A iluminação cênica de Gabriel Guedert e a cenografia própria reforçam a atmosfera do espetáculo, criando imagens que dialogam diretamente com as letras e a dramaturgia das músicas. A equipe técnica e de produção conta com Luanda Wilk na produção executiva, Bruna Ferracioli e Thais Lima na assistência de produção, e Rafaela Piazza, que atua tanto na assistência de produção quanto na fotografia.

A circulação do show “Desapreço” é um projeto cultural realizado por Joana Castanheira, por meio do Programa de Incentivo à Cultura, o PIC, do Governo do Estado de Santa Catarina, aprovado pela Fundação Catarinense de Cultura, e conta com o incentivo de Bistek Supermercados.

#### Equipe:

Direção Geral: Rodrigo Marques

Direção Musical: João Peters

Produção Executiva: Luanda Wilk

Assistente de Produção Projetos: Bruna Ferracioli

Assistente de Produção Local: Thais Lima

Assistente de Produção e Fotos: Rafaela Piazza

Iluminação Cênica: Gabriel Guedert

Assessoria de Imprensa: Juliano Zanotelli

## Nova diretoria do Sinergia toma posse em Florianópolis

Chapa foi eleita pela categoria durante o pleito realizado em fevereiro



“É preciso estar atento e forte...” Foi com a força e a poesia de Divino Maravilhoso que a nova direção do Sinergia, gestão 2026/2030, tomou posse na quarta-feira da semana passada, dia 15, em uma cerimônia realizada na sede do sindicato.

A canção, composta em 1968 por Caetano Veloso e Gilberto Gil, ecoa até hoje como um chamado à resistência e traduz o momento vivido pelos eletricitários e eletricitárias:



um tempo que exige coragem, unidade e disposição para lutar.

Entre aplausos e presença da base, de diversas entidades sindicais e movimentos sociais, a nova direção assumiu com a responsabilidade de enfrentar grandes desafios, combinando experiência e renovação na construção de um sindicato ainda mais forte e presente na base.

Em um trabalho coletivo e colegiado, a Coordenação Ge-



ral passou de Tiago Vergara, trabalhador da Axia, para Lucas da Silva, trabalhador da Celesc, marcando a continuidade de um projeto comprometido com a defesa dos direitos da categoria e das empresas públicas.

“Não temos tempo de temer a morte”, temos tempo de lutar, organizar e seguir em frente.

O Sinergia inicia esse novo ciclo com o olhar atento e a força necessária para enfrentar o que vier.